

A presença judaica no Brasil ao longo de seus 500 anos é fato historicamente reconhecido embora a preservação de sua identidade tenha variado em função de mudanças decorrentes de seu modo de inserção nos diferentes momentos da vida brasileira.

As múltiplas etnias que participaram dos processos migratórios, permanentes no tempo mas diferenciados segundo origem, configuraram a construção da brasilidade, como cultura e como história. Nesta construção, os judeus tiveram participação ampliada, principalmente a partir do século XIX com o segmento sefardita marroquino no norte do país, e no século XX com a transferência de grandes contingentes de judeus europeus, que se localizaram preferencialmente no centro sul do país. Estes deslocamentos foram conseqüência de profundas transformações políticas e econômicas no mapa da Europa central e oriental criando instabilidade na vida da população judaica local que perdeu parte substancial das atividades econômicas que tradicionalmente desempenhava, gerando perspectivas negativas quanto à possibilidade de sobrevivência e de chances no mercado de trabalho para as novas gerações. A alternativa para migrar teve, também, antecedentes históricos nos sucessivos pogroms a que muitas comunidades judaicas foram ou estavam sendo submetidas.

Eisenstadt (1) aponta quatro fatores que estão na raiz do processo emigratório, na decisão dos judeus para migrar: “a insegurança física; a impossibilidade de alcançar na sociedade de origem certos alvos instrumentais; a falta de solidariedade e conseqüente impossibilidade de identificação com a sociedade de origem; e a impossibilidade da sociedade de origem oferecer um padrão de vida digno de acordo com as convicções e idéias do imigrante”. Acrescentando a esses fatores acima mencionados a questão das perseguições, pogroms e preconceitos que constituíam o caldo de cultura de muitas das sociedades européias, observa-se que as pré-condições para migrar apresentavam-se prementes e significativas. A identidade judaica desses imigrantes foi originalmente gerada em comunidades portadoras de perfil tradicional e comportamento religioso ortodoxo - embora vários desses imigrantes já exibissem alguma experiência política visto terem participado ativamente em discussões ideológicas quer nos diversos movimentos sionistas, quer nos movimentos socialistas, de modo especial no Bund(2), partido socialista-trabalhista de corte judaico.

Ao chegar ao Brasil, esses imigrantes sofreram um processo de readaptação de sua anterior identidade frente à situação concreta que tiveram que enfrentar referente à nova realidade social, econômica e cultural que o Brasil representava, criando respostas diferenciadas decorrentes da relação in-group (comunidade) e out-group (sociedade brasileira), além da intervenção do mapa pessoal que cada um elabora influenciando o desenho final da “função - adaptabilidade”(3). Este conjunto de circunstâncias implicou em um difícil recomeço desde o simples vestuário - totalmente inadequado ao clima tropical brasileiro - até as mais complexas formas de estruturação das instituições comunitárias que deveriam satisfazer duas pré-condições simultâneas: serem regidas pela legislação brasileira vigente que impunha certos parâmetros de laicidade nacional e, ao mesmo tempo, circunscrever-se aos valores e normas judaicas comportamentais a fim de resguardar a continuidade judaica e servir de antídoto à assimilação.

Jeffrey Lesser(4) e Henrique Rattner (5) em suas respectivas obras centradas em análises bastante diferenciadas entre si, concordam, no entanto, que a grande imigração judaica do Leste-europeu para o

Brasil ocorreu entre as duas Guerras Mundiais, engrossada na década de 30 por levadas de imigrantes originárias da Europa Central onde piorava progressivamente a situação econômica e política dos judeus com a ascensão ao poder de governos totalitários e para-fascistas.

Leis restritivas à imigração foram implementadas desde 1902 à todos aqueles que pudessem significar alguma ameaça - real ou fictícia - ao sistema político vigente. Essas normas atravessaram vários governos republicanos tornando-se cada vez mais rígidas à medida em que as liberdades civis iam decrescendo, provocando e impondo à população um silenciamento político forçado. A ameaça de expulsão do país ou de internamento em “campos de concentração” e em colônias correcionais situadas em regiões inóspitas junto à fronteira norte do país ou no interior da região centro-oeste não foi apenas um mecanismo de persuasão conformista, tratou-se de um forte instrumento de controle social em relação ao pensamento divergente ao status quo dominante.(6) Contudo, as décadas de 30 e 40, principalmente no período Vargas caracterizaram-se pelo predomínio na política oficial brasileira de orientação nacionalista contrária à autonomia cultural étnica dos múltiplos grupos imigrantes, com medidas restritivas às suas manifestações educacionais e comunitárias e, também, à entrada de imigrantes judeus.(7) Isto porque foram definidos como não assimiláveis aos valores da nacionalidade brasileira e não sensíveis ao imposto discurso da homogeneidade cultural que deveria constituir o background do novo homem brasileiro que o Estado Novo objetivava criar de forma autoritária, copiando modelos e formatos fascistas em voga em vários países europeus. Além disso, particular desconfiança era exercida sobre certas categorias de estrangeiros, principalmente aqueles oriundos de países do Leste Europeu, devido à suspeita de serem, ou de se converterem em agentes infiltrados, encarregados de divulgar os ideais da revolução comunista de 1917.(8)

A América - o sonho sonhado pelo imigrante - englobava vários destinos, inclusive o Brasil. Porém, apesar do sonho e da vontade de migrar, o Brasil era considerado uma nova diáspora porque a Europa era pensada e assumida simbolicamente como um continente judeu dada a concentração demográfica e cultural judaica e, portanto, mais próxima da redenção messiânica porque mais fiel, mais religiosa e mais conformada aos valores e tradições judaicas.

A primeira geração de imigrantes judeus chegados ao Brasil enfrentou problemas de vários tipos, desde aqueles relacionados às questões concretas de sobrevivência, sua e de sua família, até aqueles referidos ao exercício de sua “judaicidade”. Quanto a este último, duas grandes questões fizeram parte de seu universo de preocupações. Uma, diretamente ligada a seu compromisso existencial de “ser judeu” e a outra, vinculada à continuidade judaica que não se esgotava nele mesmo e, por isso, era necessário e urgente propiciar as condições necessárias para que a corrente que alimentava a trajetória judaica não sofresse deterioração e sua descendência pudesse se perpetuar no tempo conforme haviam vivenciado em seus países de origem. Não é de admirar, portanto, que as primeiras realizações de base comunitária tenham sido, quase que simultaneamente, instituições ligadas à solidariedade e apoio aos necessitados e aos recém chegados integrando-os à vida do país - o Relief e as organizações assistenciais; à fé - as sinagogas ou os pequenos espaços de culto; e, à continuidade ou a garantia de seqüência temporal judaica - as escolas. Posteriormente, o aparato comunitário vai se complexificando, agregando novas instituições prestadoras de serviços que, em última instância, vão reforçar a identidade coletiva e individual judaicas. Espaços culturais e de recreação foram criados, multiplicaram-se as ofertas educacionais, de saúde e geriatria, instituíram-se atividades artísticas e intelectuais de várias modalidades, criaram-se organizações políticas de âmbito interno e de relacionamen-

to com congêneres internacionais, além de organizações de apoio à Israel, entre outras, diferenciadas entre si por questões de natureza ideológica, religiosa ou filosófica.

Mas, a sobrevivência do grupo judaico não é um processo idêntico às demais nacionalidades que aqui aportam como imigrantes cuja máxima preocupação é diluir-se e assimilar-se integralmente no cotidiano das premissas brasileiras. O grupo judaico deseja e consegue participar plenamente da cidadania brasileira, honrando seus princípios de conduta, mas procurando garantir a integralidade de sua identidade como judeus. Para tal, reserva em seu universo cognitivo e afetivo um espaço privilegiado para sua memória. É o seu compromisso com a memória que lhe garante sua condição judaica e a possibilidade de transmiti-la às gerações vindouras. Todos nós sabemos que o processo de comunicação e transferência obedece a certos critérios que são modificados segundo o campo de forças sócio-culturais no qual está inserido e, por isso mesmo, recebendo contribuições externas ao seu conteúdo original que passam por um processo de recomposição além de ser privado, ao longo do tempo, de certos traços e ingredientes na medida que perderam sua funcionalidade. Contudo, o fulcro central permanece, ele não desaparece. É ele que dá a facies específica do judaísmo, portanto, crucial. A permanência judaica - pluriespacial e pluritemporal - decorre de sua memória e do compromisso de mantê-la servindo de fundamento para sua caracterização enquanto povo quer referida a seus antecedentes históricos - o passado, assim como a seus pares no presente e seus descendentes no futuro.

O Museu Judaico que ora completa seus 25 anos de profícua existência representa uma instituição de Memória. Uma casa da comunidade que assumiu a grande responsabilidade de manter viva a cultura e a tradição judaicas e sua trajetória futura através de seu compromisso com a Memória em seu pleno significado e abrangência. Isto porque a Memória não significa apenas o acervo que cada um de nós armazena. A Memória de um povo é mais ampla. Ela pode ser caracterizada como o conjunto dinâmico e interativo de um determinado povo, nação ou comunidade, cobrindo variados fatos e fenômenos sociais, históricos, religiosos e culturais que a memória individual é incapaz de se responsabilizar pela sua guarda e suas crescentes demandas e transformações, principalmente porque o homem é finito e o que não fica registrado se perde no tempo. O judeu vive sob o imperativo da Memória que se torna responsável por sua longevidade histórica. Os nossos sábios já haviam percebido que a tradição oral poderia se perder em seus aspectos quantitativo e qualitativo durante sua trajetória transmissional. E criaram o Talmud! Não é aleatório e tampouco coincidência que nossos sábios eram realmente sábios!

(1) EISENSTADT, S N (1954) - The Absorption of Immigrants. London: Routledge&Kegan Paul

(2) PINSKY, J (1978) - Origem do Nacionalismo Judaico. SP: Ed. Hucitec

(3) LEWIN, H (1993) - O desocultamento: o primeiro passo para entender a diferenciação.

RJ:UERJ/ CNPq

(4) LESSER, J (1989) - Paws of the Powerful: Jewish Immigration in Brazil . NY: NYUniversity Press

(5) RATTNER, H (1977) - Tradição e Mudança. SP: Ed Ática

(6) LEWIN, H (1993)- Op. cit.

(7) CARNEIRO, M L TUCCI (1988) Anti-Semitismo na Era Vargas. SP: Ed. Brasiliense

(8) LEWIN, H ET OUTROS (1998)- O Controle do Outro: a visão do DOPS sobre a comunidade judaica. Brasília/CNPq e RJ/UERJ

Remete ao site: <visaojudaica.com.br> e 350 anos dos judeus nas Américas: Exposição sobre Recife, em Nova York, abre celebração do judaísmo no Brasil e nos EUA.:

Boris Berenstein refez o caminho percorrido 350 anos antes por outros judeus de Recife. Berenstein, presidente da Federação Israelita de Pernambuco, viajou para Nova York para a abertura de uma exposição, na primeira semana de setembro, que lança luz sobre boa parte da desconhecida história da vida judaica no Recife e marca o início das celebrações que durarão um ano inteiro, das comemorações dos 350 anos dos judeus americanos.

Exposições, palestras e concertos ao longo deste ano focalizarão a experiência de vida dos judeus na América do Norte.

Foi do Recife em 7 de setembro de 1654 que um grupo de 23 judeus sefaradim de língua holandesa, partiram para Nova Amsterdam num desesperado esforço para escapar da Inquisição imposta por Portugal, que derrotou e expulsou os holandeses do Nordeste brasileiro que então controlavam.

Imediatamente após sua chegada, aqueles 23 imigrantes - os primeiros judeus a aportar nas praias americanas - estabeleceram a Shearith Israel, a primeira sinagoga em Nova Amsterdam, a colônia que veio a se tornar Nova York.

Como parte dessa celebração, os judeus do Recife incluíram junto com a exposição uma mostra intitulada “Pernambuco: Portão de Entrada para Nova York”, na qual apresentam, entre outras coisas, em multimídia, um tour virtual em três dimensões da recentemente restaurada Sinagoga Kahal Zur Israel, no centro de Recife.

A exposição foi aberta no Centro de História Judaica da cidade de Nova New York, onde deverá permanecer até 31 de dezembro. Depois disso, será levada ao Canadá e a Los Angeles.

Outra mostra, “Do Abrigo para o Lar: Uma exposição da Biblioteca do Congresso marca os 350 Anos da Vida Judaica na América,” também foi inaugurada na primeira semana de setembro, na Biblioteca do Congresso, em Washington.

Dois anos atrás, a Kahal Zur Israel foi inaugurada para o público em geral como um museu e centro de documentação, após um investimento de US\$ 500 mil no projeto de restauração financiando pela Fundação Safra, de São Paulo, e pelo Governo do Estado de Pernambuco. Num toque de ironia, a histórica sinagoga está localizada na Rua do Bom Jesus, no coração da área portuária do Recife.

O prédio da Kahal Zur Israel havia sido demolido no início do século 20, substituído por um banco e depois por uma loja de produtos eletrônicos. Escavações subseqüentes revelaram a existência de oito diferentes camadas de pisos, as fundações da sinagoga e os restos de uma mikvah usada em rituais de purificação. O ponto alto da restauração da sinagoga é a bimah, ou a plataforma elevada para as leituras da Torá

e a Arca Sagrada.

Nos bastidores, meia dúzia de arquivistas e pesquisadores trabalham em terminais de computador sob a direção de Tânia Kaufman, a diretora geral do Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco, uma instituição sem fins lucrativos, com funcionários que incluem judeus e não-judeus.

“ Isto é parte de um grande projeto para preencher as lacunas históricas da presença judaica em Pernambuco”, contou Kaufman ao JTA. “Nós cobrimos a história dos sefaradim desde o século 16 e judeus portugueses que vieram de Amsterdam no século 17, até o tempo atual”. Kaufman disse que entre 1637 e 1644, os judeus usufruíram de completa liberdade

350 anos dos judeus nas Américas: Exposição sobre Recife, em Nova York, abre celebração do judaísmo no Brasil e nos EUA.:

Boris Berenstein refez o caminho percorrido 350 anos antes por outros judeus de Recife. Berenstein, presidente da Federação Israelita de Pernambuco, viajou para Nova York para a abertura de uma exposição, na primeira semana de setembro, que lança luz sobre boa parte da desconhecida história da vida judaica no Recife e marca o início das celebrações que durarão um ano inteiro, das comemorações dos 350 anos dos judeus americanos. Exposições, palestras e concertos ao longo deste ano focalizarão a experiência de vida dos judeus na América do Norte.

Foi do Recife em 7 de setembro de 1654 que um grupo de 23 judeus sefaradim de língua holandesa, partiram para Nova Amsterdam num desesperado esforço para escapar da Inquisição imposta por Portugal, que derrotou e expulsou os holandeses do Nordeste brasileiro que então controlavam.

Imediatamente após sua chegada, aqueles 23 imigrantes - os primeiros judeus a aportar nas praias americanas - estabeleceram a Shearith Israel, a primeira sinagoga em Nova Amsterdam, a colônia que veio a se tornar Nova York.

Como parte dessa celebração, os judeus do Recife incluíram junto com a exposição uma mostra intitulada “Pernambuco: Portão de Entrada para Nova York”, na qual apresentam, entre outras coisas, em multimídia, um tour virtual em três dimensões da recentemente restaurada Sinagoga Kahal Zur Israel, no centro de Recife.

A exposição foi aberta no Centro de História Judaica da cidade de Nova New York, onde deverá permanecer até 31 de dezembro. Depois disso, será levada ao Canadá e a Los Angeles.

Outra mostra, “Do Abrigo para o Lar: Uma exposição da Biblioteca do Congresso marca os 350 Anos da Vida Judaica na América,” também foi inaugurada na primeira semana de setembro, na Biblioteca do Congresso, em Washington.

Dois anos atrás, a Kahal Zur Israel foi inaugurada para o público em geral como um museu e centro de documentação, após um investimento de US\$ 500 mil no projeto de restauração financiando pela Fundação Safra, de São Paulo, e pelo Governo do Estado de Pernambuco. Num toque de ironia, a histórica sinagoga está localizada na Rua do Bom Jesus, no coração da área portuária do Recife.

O prédio da Kahal Zur Israel havia sido demolido no início do século 20, substituído por um banco e depois por uma loja de produtos eletrônicos. Escavações subseqüentes revelaram a existência de oito diferentes camadas de pisos, as fundações da sinagoga e os restos de uma mikvah usada em rituais de purificação.

Visitantes podem ver a mikvah e o calçamento original de pedras através de um piso de vidro no chão. Nos andares superiores, painéis explicativos em português e inglês contam a história dos judeus do Recife. O ponto alto da restauração da sinagoga é a bimah, ou a plataforma elevada para as leituras da Torá e a Arca Sagrada.

Nos bastidores, meia dúzia de arquivistas e pesquisadores trabalham em terminais de computador sob a direção de Tânia Kaufman, a diretora geral do Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco, uma instituição sem fins lucrativos, com funcionários que incluem judeus e não-judeus.

“ Isto é parte de um grande projeto para preencher as lacunas históricas da presença judaica em Pernambuco”, contou Kaufman ao JTA. “Nós cobrimos a história dos sefaradim desde o século 16 e judeus portugueses que vieram de Amsterdam no século 17, até o tempo atual”. Kaufman disse que entre 1637 e 1644, os judeus usufruíram de completa liberdade religiosa sob o governo local do administrador holandês João Maurício de Nassau. Os judeus portugueses tinham se estabelecido em Amsterdam e desenvolveram fortes laços comerciais com empresários holandeses.

A comunidade cresceu para 600 famílias lideradas pelo rabino Isaac Aboab da Fonseca, que foi enviado pela Congregação de Amsterdam. Os judeus floresceram na indústria de açúcar e foram proprietários de escravos.

Mas com o declínio da administração holandesa em 1654 e a reinstalação do regime português, os judeus do Recife foram forçados a deixar a cidade. Dirigiram-se para o Caribe ou a América do Norte, onde a maioria permaneceu, passando por uma conversão pública para o Cristianismo enquanto continuavam a praticar o judaísmo em segredo.

“ Aquelas pessoas misturaram-se com a população local e às vezes iam para um esconderijo, porque se a Inquisição os encontrasse, eles seriam então enviados a Lisboa e queimados vivos”, disse ela.

O judaísmo no Recife permaneceu adormecido até depois da 1ª Guerra Mundial, quando um grande número de judeus da Europa Oriental começou a chegar como imigrantes. Hoje, Recife tem aproximadamente tantos judeus quantos tinha em 1654, mas hoje, os judeus da comunidade não são descendentes dos sefaradim que viveram ali nos anos 1600. A família de Berenstein, por exemplo, veio da Romênia. Eles sobreviveram a Shoah e vieram para o Brasil em 1948.

Mas a população judaica do Recife ficou estagnada por causa de suas limitações geográficas e econômicas. As comunidades mais próximas ficam em Salvador, lar de 500 judeus, Fortaleza, 120 judeus e Natal, 40 judeus. Recife está a mais de 1.900 km de distância de São Paulo, o centro da vida judaica no Brasil.

“ Os judeus daqui são suficientemente prósperos, embora a maioria dos meus amigos judeus tenha ido para São Paulo e nunca voltado, porque em São Paulo há mais oportunidades para fazer dinheiro”, disse Berenstein.

Recife mantém uma escola judaica há 85 anos, o Colégio Israelita Moises Schwartz, que atualmente tem 150 alunos, mas enfrenta sérios problemas financeiros apesar dos recursos da comunidade judaica local.

“ A escola está passando por tempos difíceis, e está perto de fechar porque muitos dos judeus não estão enviando mais suas crianças para lá”, disse Alan Rabinovici, um empresário recifense. “Uma das grandes razões para isso são os casamentos mistos. Quando um dos pais não é judeu, eles tendem a enviar seus filhos para escolas não-judaicas”.

Kaufman disse que em 2001 introduziu um curso de estudos sociais na Universidade Federal de

Pernambuco intitulado “Judaísmo: Cultura ou Religião”. Este ano há 33 estudantes, com maior participação a cada semestre. Sua equipe também iniciou um estudo sobre os criptojudeus no Sertão nordestino. Ela entrevistou entre 50 e 60 pessoas com esse intuito.

“Alguns retornam ao Judaísmo, mas sem serem convertidos, enquanto outros desejam fazê-lo pelo processo da conversão”, disse ela. “Tudo é informal. Muitos deles não sabem nem que são judeus”.

Recentemente, cerca de 15 daquelas pessoas foram convertidas por um rabino reformista de Belo Horizonte. Já o rabino Alexandre Mizrahi, o líder espiritual do Beit Chabad local, que também por acaso tem a única sinagoga em funcionamento do Recife, observa que há um enorme interesse entre os brasileiros por suas supostas raízes judaicas - especialmente desde a restauração da Kahal Zur Israel e da publicidade favorável que isso gerou. “Muitos brasileiros vêm aqui para perguntar sobre conversão”, disse ele. (Matéria resumida a partir da que foi publicada em inglês pela Jewish Telegraph Agency - JTA).

religiosa sob o governo local do administrador holandês João Maurício de Nassau. Os judeus portugueses tinham se estabelecido em Amsterdam e desenvolveram fortes laços comerciais com empresários holandeses.

A comunidade cresceu para 600 famílias lideradas pelo rabino Isaac Aboab da Fonseca, que foi enviado pela Congregação de Amsterdam. Os judeus floresceram na indústria de açúcar e foram proprietários de escravos.

Mas com o declínio da administração holandesa em 1654 e a reinstalação do regime português, os judeus do Recife foram forçados a deixar a cidade. Dirigiram-se para o Caribe ou a América do Norte, onde a maioria permaneceu, passando por uma conversão pública para o Cristianismo enquanto continuavam a praticar o judaísmo em segredo.

“Aqueles pessoas misturaram-se com a população local e às vezes iam para um esconderijo, porque se a Inquisição os encontrasse, eles seriam então enviados a Lisboa e queimados vivos”, disse ela.

O judaísmo no Recife permaneceu adormecido até depois da 1ª Guerra Mundial, quando um grande número de judeus da Europa Oriental começou a chegar como imigrantes. Hoje, Recife tem aproximadamente tantos judeus quantos tinha em 1654, mas hoje, os judeus da comunidade não são descendentes dos sefaradim que viveram ali nos anos 1600. A família de Berenstein, por exemplo, veio da Romênia. Eles sobreviveram a Shoah e vieram para o Brasil em 1948.

Mas a população judaica do Recife ficou estagnada por causa de suas limitações geográficas e econômicas. As comunidades mais próximas ficam em Salvador, lar de 500 judeus, Fortaleza, 120 judeus e Natal, 40 judeus. Recife está a mais de 1.900 km de distância de São Paulo, o centro da vida judaica no Brasil.

“Os judeus daqui são suficientemente prósperos, embora a maioria dos meus amigos judeus tenha ido para São Paulo e nunca voltado, porque em São Paulo há mais oportunidades para fazer dinheiro”, disse Berenstein.

Recife mantém uma escola judaica há 85 anos, o Colégio Israelita Moises Schwartz, que atualmente tem 150 alunos, mas enfrenta sérios problemas financeiros apesar dos recursos da comunidade judaica local.

“A escola está passando por tempos difíceis, e está perto de fechar porque muitos dos judeus não estão enviando mais suas crianças para lá”, disse Alan Rabinovici, um empresário recifense. “Uma das grandes razões para isso são os casamentos mistos. Quando um dos pais não é judeu, eles tendem a enviar seus fil-